

O DESEMPREGO DIPLOMADO

por Salvato Trigo

« Uma sociedade instruída é aquela que age com moderação, que vota com inteligência, que rejeita superstições, que detesta a intolerância e o fanatismo, e que admira a erudição; que percebe a riqueza tanto do trabalho como do lazer, que compreende o passado e transmite um sentido de decência e compaixão humanas às novas gerações, e que sabe o bastante sobre a liberdade para protegê-la».

(Walter Guzzardi Jr., in «Horizontes» USA n.º 9, 77)

A palavra CRISE ganhou, infelizmente, entre nós direito de cidadania. Normalmente aqueles que mais a usam conferem-lhe um sentido principalmente económico. A crise económica, é, de facto, aquela que toda a gente vê e sente por ser a que mais se repercute no quotidiano dos portugueses, especialmente dos que têm de viver com os proventos da mão-de-obra que vendem. Mas não é seguramente essa a crise maior que aflige todos aqueles que possuem uma perspectiva correcta do devir histórico e cujo bom senso permite equacionar friamente e com justeza o futuro de Portugal. A nossa crise, aquela que se instalou senhorilmente num canapé de ingenuidade sustentado pela maioria dócil para a minoria activista nele se deleitar, é uma crise de valores: morais, culturais e sociais. É essa a crise que os homens de bem e os esclarecidos têm por obrigação de ajudar a extirpar. Porque os menos esclarecidos, esses, tendem para uma estóica adaptação ao estado endémico que a crise económica vai criando, bastando-lhes, quantas vezes, como lenitivo, o populismo de promessas incumpríveis ou a arbitrariedade de uma frase feita do género de «temos de viver com aquilo que temos», verbalizações que os não deixam ver que a verdadeira crise não é aquela com que lhe vêm justificando os sucessivos aumentos do custo de vida, geradores duma inflação galopante e tentaculosa.

A economia não é a arte de saber poupar. O antigo regime terá cometido um dos seus principais erros ao entender a economia como sinónimo de poupança. A economia é, pelo contrário, a arte de saber gastar. Foi aqui, no gastar, que o actual regime se deixou ludibriar por alguns políticos (ou talvez aprendizes de) impreparados para gastar correctamente o que outros erradamente insistiram em acumular. Se uns devem ser implacavelmente condenados por terem somiticamente aferrolhado o produto do suor dum povo para quem trabalhar tem sido um verbo intransitivo, os outros não merecerão menos reparos, pois esbanjaram o que custara a todos para beneficiar só alguns, muito poucos. A uns e outros faltou moderação. Mas, para que essa moderação fosse possível, era necessário que, como diz Guzzardi, tivéssemos uma sociedade instruída. A verdade é que não a tínhamos e não a temos ainda. O «verão quente» de 75, que parece ir sendo esquecido, demonstrou à saciedade a relação directa existente entre a falta de moderação e a falta de instrução. Clamou-se, então, e tem-se clamado mesmo já depois dele, contra a tecnocracia. Fez-se dela um monstro e os políticos, mais demagogos, produziram discursos teratológicos que assustam sempre aqueles cuja falta de instrução leva a reacções mais emotivas do que cerebrais. Deu-se a entender que a tecnocracia era um perigo. Pura mitificação dentro dum certo gosto mitogénico que a nossa partidocracia cultiva enternecida.

É lugar-comum dizer-se que Portugal é um país com elevada percentagem de analfabetismo. As suas causas, na generalidade, todos as conhecemos. Uma delas, aquela aliás que eu considero mais importante, foi o acentuado ruralismo que se verificava, entre nós, até há 50 anos atrás. Esse ruralismo, sustentáculo das

civilizações orais que infelizmente não temos sabido ou não temos querido preservar, só depois de terminada a última guerra começou a ser seriamente afectado pelo urbanismo, seu antagonista, que se desenvolveu à custa dum ornamento de zonas agrárias cujas consequências hoje se sentem ainda com toda acuidade. A emigração e a atracção da cidade geraram um acentuado despovoamento das áreas rurais com a consequente falta de mão-de-obra para o trabalho agrícola sobretudo no minifúndio central e nortenho. Este voltar de costas à natureza, acompanhado duma despaganização cultural que se lastima, vai moldando a nova face do país. Nas cidades superpovoadas campeiam a espuriedade e a criminalidade, frutos as mais das vezes dum desemprego produtor de múltiplas necessidades e de não menos maléficas ociosidades e instintos de malva-dez. Assim surge um factor de considerável desequilíbrio: no campo, há falta de mão-de-obra; na cidade, há excesso. A não ser corrigido este desequilíbrio, corre-se o risco de ver a agricultura nortenha, especialmente, a soçobrar, dentro já talvez da próxima geração.

Ao declinar do ruralismo e ao lento avanço do urbanismo corresponde um aumento de alfabetização, ainda que fundamentalmente primária. Apesar de tudo, a taxa de analfabetismo andarà ainda hoje pelos trinta por cento. Se a isto acrescentarmos que mais de setenta por cento da nossa população activa não possui mais do que a instrução primária, teremos o espelho da sociedade que somos em termos educacionais. Veremos ainda quão falacioso é levantar o espantallo da tecnocracia. Não somos, na verdade, uma sociedade instruída. Até ao 25 de Abril pouco se fez para que o fôssemos; daí para cá o que se tem feito para que o sejamos?

Os economistas da «contabilidade social» americana chegaram à conclusão que, durante as décadas de '50 e '60, o nível mais elevado da educação dos trabalhadores em todos os escalões fez com que o produto nacional bruto dos E.U. aumentasse 20⁰%. Daquí se conclui ser a educação um factor de grande importância na produtividade de uma nação. Não será, pois, de estranhar que a procura de educação tenha, entre nós, sofrido grande incremento da década de '60 para o início da de '70. Basta dizer que de 1963 para 1973 houve um aumento de 122⁰% na frequência do ensino superior. As condições objectivas do mercado de trabalho justificavam só por si esta busca do diploma universitário. Na realidade, sabia-se que o diploma dum curso superior constituía passaporte seguro para um razoável, por vezes mesmo bom, emprego. Assim, era praticamente automática a saída da Universidade para o mundo do trabalho. Os diplomas tinham um valor material compensatório para o esforço desenvolvido durante o curso.

A guerra, que, a partir de 1961 e até 1974, travámos em África, veio introduzir factores de grande importância no desenvolvimento económico e no mundo do trabalho. Por um lado, a perspectiva do apuramento e consequente incorporação militar, seguida quase sempre de mobilização para a frente de guerra, instigava os jovens dos meios urbanos a aproveitarem o tempo, enquanto estudantes, a fim de evitarem o alistamento no contingente geral e ainda por razões de ordem psicológica e material. Mesmo aqueles que, por vários motivos que aqui não interessa conjecturar, não puderam continuar os seus estudos para além do ensino primário, também esses procuravam em cursos nocturnos, que proliferavam, obter os diplomas do primeiro ciclo e até dos segundo e terceiro ciclos. Nos meios rurais, embora se notasse uma actividade constante dos passadores de fronteira — classe de intermediários que muito lucrou com a guerra —, os mancebos fixavam-se mais à terra, não só por ser-lhes difícil encontrar emprego antes de cumprido o serviço militar, como ainda por compensação psicológica familiar. A alguns deles a guerra permitiu, apesar de tudo, reiniciar os estudos interrompidos após o exame da quarta classe na escola da aldeia, nos locais onde se encontravam no cumprimento da sua missão militar. Esta situação é, sem dúvida, um poderoso factor de desenvolvimento do ensino a todos os níveis, com particular incidência, contudo, para o secundário. De facto, ter o quinto ano era ambição da maior parte. Por outro lado, desejo de uma colocação no meio citadino, para uns, e a necessidade de garantir um emprego razoável, acabada que fosse a comissão militar, contribuíram também muito para a procura do ensino, alterando ao mesmo tempo a oferta: a quarta classe perde irremediavelmente o seu valor. Ela começou a ser cada vez mais sinónima de trabalho manual no sector da produção de bens.

A guerra viria ainda provocar a ascensão social da mulher. Com os homens obrigados à prestação do serviço militar fora de portas, por períodos mais ou menos longos, a mulher não só ganha mais importância na família, como começa a invadir o mundo do trabalho não-rural e não-doméstico, estes os únicos que tradicionalmente lhe estavam reservados. E a mentalidade social modifica-se gradualmente. A rapariga deixa de ser olhada como uma reprodutora humana, a quem a escola faz pouca falta. A mulher começa, pois, a descoisificar-se. A mão-de-obra feminina, explorada nos sectores primário e terciário, começa a ter cada vez mais peso no sector de produção de serviços. Surge, deste modo, um aumento extraordinário da frequência

feminina das escolas. Por meados da década de '60 dá-se uma autêntica explosão escolar para a qual o país não estava devidamente preparado: havia genericamente falta de instalações e de agentes de ensino. Esta avalanche humana não estaria propriamente interessada no *saber*, mas antes no *ter*; isto é, interessava-lhe fundamentalmente a posse de um qualquer diploma que lhe possibilitava o acesso fácil a empregos bem remunerados para o tempo. As escolas, sobretudo as médias e as superiores, não puderam responder cabalmente ao que os jovens delas esperavam: um ensino pragmático que fosse vendável em termos de mercados. A juventude dos anos '60, que fez tremer as estruturas institucionais da universidade portuguesa, estava muito pouco interessada no academismo e no tipo de ensino *ex cathedra* com que se envelheciam as nossas faculdades. Por isso reivindicou. E embora o antigo regime tenha propalado que a crise académica de 69 não passava de uma manobra de subversão comunista, a verdade não terá sido bem essa. Não quero dizer que não tenha havido aproveitamentos político-partidários da situação criada, mas não restam dúvidas de que o ensino, que se ministrava nas nossas universidades, já não correspondia, de modo algum, nem às necessidades espirituais dos jovens nem às carências materiais do país. O elemento feminino teve um papel particularmente importante neste processo de contestação que conduziria à reforma marcelista do ensino, dita Veiga Simão. Relevo este facto apenas para dizer que a crise académica conduziu também a uma profunda remodelação social e mental, sobretudo por ter afectado a moral doméstica e familiar. De facto, as raparigas, tradicionalmente devotadas às lides caseiras e educadas numa rígida moral de família que garantisse a perenidade dos valores que os pais defendiam e cultivavam, perdem esse espírito caseiro, libertam-se de preconceitos, rejeitam tabus e assumem papel activo na condução da vida universitária e mesmo pública. Os rapazes partem para a guerra, ficando as raparigas encarregados de desempenharem as tarefas que a eles caberiam.

O surto registado na educação escolar, além de obrigar o Estado a criar infra-estruturas materiais, ainda hoje insuficientes, fomentou também um aumento invulgar na frequência das escolas vocacionadas para a formação de professores: Escolas do Magistério e Faculdades de Letras e Ciências.

Nos primeiros tempos do lançamento da reforma Veiga Simão e devido ao alargamento para 6 anos da escolaridade obrigatória, houve necessidade de recorrer ao professor primário para leccionar matérias, em princípio fora do seu âmbito profissional normal. A telescola, criada ao mesmo tempo, utilizou muito o professor primário. Ciosos de uma melhoria económico-financeira, os professores primários acorrem em grande número a fazer o sétimo ano dos liceus, habilitação que mediante um certo tempo de serviço docente lhes dava acesso ao estágio pedagógico para o ensino preparatório. Assim, este grau de ensino é, nos seus começos, coberto a grande escala por agentes de nível primário. Era necessário, porém, achar uma solução rápida e mais ou menos eficaz para dar resposta ao aumento gradual da frequência do ensino preparatório e secundário. Na reforma Veiga Simão previu-se como solução a criação dum grau superior intermédio, o bacharelato, que habilitava os estudantes das Faculdades de Letras e de Ciências para a leccionação nos ensinos preparatório e secundário. O bacharelato era, todavia, uma medida para atacar o problema a curto prazo, já que permitia formar professores em três anos, ainda que nem sempre com a profundidade desejada e que a função exige. A médio e longo prazo, a reforma previa a criação de escolas normais superiores, preferencialmente situadas nos meios de maior ruralidade, a fim de que os professores delas saídos satisfizessem as necessidades locais. As escolas normais superiores destinavam-se também a descongestionar as universidades clássicas que, entretanto, vêem a sua população várias vezes multiplicada. Era com este intento que se justificava também a criação das universidades novas e dos institutos politécnicos. Diga-se a propósito que pouco se avançou ou, melhor dizendo, que o poder político dos últimos anos se limitou a pôr em prática a reforma Veiga Simão.

Esta reforma surgia como uma resposta à crise académica despoletada, entre nós, em 1969. Ela não dava, porém, solução à maior parte das questões suscitadas pela crise. Daí que tivesse sido atacada com certa justiça. Esperava-se, pois, que o regime democrático, saído do 25 de Abril, encontrasse melhores caminhos para a desactualização do nosso ensino, demasiado humanístico para uma era tecnológica que o ocidente vivia febrilmente. Depois de algumas remodelações, quantas vezes anárquicas, nomeadamente nas Faculdades de Letras, que poderiam ter sido positivas se não fossem os intentos de determinado cariz político, pouco acordantes com a liberdade de pensamento e de crítica inerentes à democracia, voltou-se praticamente à reforma Veiga Simão com o ministério Cardia, apostado em pôr cobro à demagogia, à insensatez e ao facilismo gritante de certos planos curriculares. Terá sido essa, pelo menos, a intenção do decreto-lei 53/78, de 31 de Maio, ao empreender a reforma dos cursos ministrados nas Faculdades de Letras clássicas. A doutrina preambular a tal documento não deixa de ser, genericamente, correcta. Dir-se-á que a *mens legislatoris* é justa e correcta, mas na prática o legislador não foi capaz de resolver os mais prementes problemas com

que se debatiam, e debatem, as nossas Faculdades de Letras voltadas essencialmente para a formação de professores para o ensino preparatório e secundário. Formação que deixa muito a desejar e contra que muita gente, hoje, se pronuncia. É, de facto, mais um lugar comum da nossa *crise* falar-se do «descalabro do nosso ensino». É inegável que existem deficiências na formação dos nossos professores. Mas elas não são bem de agora. Tornaram-se porém, mais visíveis à medida em que a população escolar foi sendo cada vez maior e, na generalidade, menos exigente, porque mais acomodatória.

Ficaram já para trás enunciados alguns dos pressupostos que podem justificar-nos a existência, nos quadros de professores, de gente menos bem preparada e sem as necessárias qualificações científicas para o desempenho da função. Ainda hoje, sabemos-lo todos, há pessoas com o curso geral dos liceus leccionando em escolas deste país. Ao nível secundário, entenda-se. A legislação de colocações em vigor protege, normalmente, essas pessoas que com um número determinado de anos de serviço ficam colocados em lugares superiores aos de um aluno universitário a que possa faltar apenas uma cadeira para obter o que eufimisticamente se vem chamando «habilitação própria», determinada sem quaisquer critérios por um Secretário de Estado da Orientação Pedagógica com o fanigerado Despacho 113/77. Não se veja no que acabámos de dizer qualquer defesa de nossa parte de que o Estado deveria pura e simplesmente desempregar todos aqueles que continuam a dar aulas sem as necessária habilitações. Não. Desempregados já temos que cheguem. Pensamos, todavia, que o problema que essas pessoas levantam não é, fundamentalmente, laboral. É, antes, uma questão que alguém, um dia, tem de ter a coragem de resolver. Não pontualmente, bem entendido. O problema do nosso ensino precisa de uma reformulação geral, pensada e feita por nós, sem que haja a preocupação, que é um vício bem português, de copiar ou de adaptar modelos que nos são estranhos. Para a fazermos, teremos de não perder de vista certas verdades que todos conhecerão, mas que eu, apesar de tudo, vou correr o risco de repetir.

O grande desenvolvimento no ensino preparatório, sobretudo, mas também no secundário, fez com que tivesse havido um desequilíbrio demasiado rápido entre a oferta de postos de trabalho no sector docente e a procura de elementos qualificados para a função. Não havia, de facto, professores que chegassem para tanta gente. Pensou-se em formá-los depressa, daí a criação do grau de bacharel, aceitando-se, entretanto, pessoas minimamente qualificadas (5^o e 7^o anos do liceu) para o preenchimento dos lugares em abertos nas várias escolas que iam sendo criadas. Aproveitavam-se, além disso, praticamente os universitários que, mesmo tirando cursos não específicos para a função docente, quisessem ganhar algum dinheiro, bem como padres e ex-seminaristas, que garantissem um mínimo de competência científica para «dar» umas aulas, nas escolas laicas. O ser professor deixa de ser um *estado* para tornar-se num *acidente*, a que alguns recorrem como rampa de possível lançamento para uma profissão a exercer em tempo inteiro e, naturalmente, mais bem remunerada fazendo outros dela simplesmente apêndice para complemento de orçamento familiar ou para evitar a visita menos vezes ao economato da ordem ou ainda para se poder comprar os livros necessários aos trabalhos e às cadeiras em que a *sebenta* era insuficiente. É assim que a principal motivação para muitos candidatos aos lugares de professores nas escolas, até há bem pouco tempo atrás e mesmo hoje, era a económica. Não, por que o vencimento que iam, e vão, receber seja, ou fosse, tentador. Nada disso. Sim, porque era a garantia de se encontrar um emprego a meio dum curso, ou impreparado o que os outros sectores de actividade não aceitavam. O ensino *mercenarizou-se* um pouco e foi «invadido» por «turistas» que, embora bem intencionados e trabalhadores conscientes, estavam apenas de passagem. O nível pedagógico ressentia-se naturalmente. E o científico também. Apesar de tudo, nas escolas dos centros urbanos, a situação era bem melhor do que nas do interior rural, quanto ao nível científico. Nestas «os professores circunstanciais» rareavam, obviamente, quanto ao sector dos universitários para aumentarem no dos estudos teológicos. Quanto aos poucos diplomados com cursos específicos para o desempenho da função docente, não chegavam de modo algum para as necessidades e alguns procuravam mesmo arranjar outra actividade, não apenas por razões de ordem financeira como ainda para evitar o, em tempos, «aterrorizador» exame de estado, que tinha mais de pompa do que valimento.

Depois destas pinceladas, forçosamente aquadas, sobre a situação docente do antes 25 de Abril, em que os professores de profissão não eram muitos, diagnostiquemos, brevemente também, o que se passa hoje.

O 25 de Abril veio surpreender o sector do ensino à mercê de ventos soprantes de várias latitudes, nem sempre esclarecidas quanto à solução dos problemas. A população escolar já então era muito superior à capacidade dos estabelecimentos de que dispúnhamos. O orçamento geral do estado não poderia comportar um aumento demasiado brusco no sector das construções escolares, quando, sabemos-lo bem, as forças ar-

mas consumiam uma enorme fatia daquilo que poderia gastar-se para fazerem face às acções militares africanas. Para suprir a falta de instalações, utilizou-se o critério de aumentar a capacidade das turmas que, por vezes, ultrapassavam os 30 alunos, nos ensinos preparatório e secundário, enquanto no primário se trabalhava erradamente com as quatro classes em simultâneo. No ensino superior, e nomeadamente nas Faculdades de Letras, o número de estudantes inscritos por cadeira era rapidamente multiplicado a partir do início da década de '70. Esta massificação que se acentuou, após o 25 de Abril, tornava quase impossível um trabalho universitário digno desse nome, já que transformava os alunos em meros receptores de conhecimentos, às vezes, servidos no estilo de aula ditada, outras vezes na sebenta mais ou menos fácil de digerir, ou, então, em exposições sapienciais monótonas e sem grande interesse prático. Por esta altura vulgariza-se também uma figura (talvez de retórica) hoje tão em voga: o estudante-trabalhador de que se tem falado massivamente nestes últimos sete anos, constituindo ponto de honra para os vários ministros-políticos ligados ao sector da educação e da cultura não exarar despacho ou publicar decreto, onde não entre tal figura por quem, à força de tanto nela falarem, pouco ou nada se tem feito em termos práticos. Esta corrida desenfreada à universidade tem de inserir-se no seu tempo. Diz-se que um dos nossos males sociais é o de ninguém se sentir feliz sem ser doutor. Mas este mal pensava a revolução de Abril solucioná-lo com a adopção de «uma forma de compensação à sociedade por parte dos diplomados universitários, semelhante às que existem noutros países ou através da instituição de «um serviço civil» ou através da criação de um *imposto sobre diplomados* (in «Política do Ensino Superior-Bases para um Programa», Sec. de Estado do Ens. Sup. e Inv. Cient., Lisboa, 1975, p. 27). Assumindo-se esta medida como dissuasora, teríamos, em breve, as universidades a fechar por falta de estudantes, já que os *diplomados* seriam a única classe que, quando desempregados (e hoje há muitos), em vez de receber um subsídio de desemprego a que qualquer cidadão desta democracia tem direito, desde que alguma vez tenha trabalhado, teria de pagar *imposto*! Imposto que a «inteligência» criadora da ideia procurava justificar, escrevendo: «Assim se procuraria recompensar a sociedade pelo «investimento» feito na formação destes diplomados, «investimento» que, presentemente, acaba por trazer um pequeno benefício directo à colectividade, dada a grande quantidade de diplomados que enveredam pela actividade privada (pondo a sua competência ao serviço de quem pode pagar-lhes e ao serviço da obtenção de elevados créditos para os próprios. Exemplo típico: os médicos de clínica livre) (ibid.)». Estranha concepção de sociedade! Santa demagogia! Se atentarmos que é em 75 que tal doutrina é pensada para as universidades deste país, fácil será, para aqueles que não viveram nessa data por dentro das nossas Faculdades, deduzir acerca do ambiente que nelas se vivia: demagogia a rodos, politização excessiva, que vieram a facilitar o oportunismo de muitos para quem o importante era, e é, o canudo, mesmo que ele venha cheio de nada, seja oco.

O golpe de estado de Abril acontece, quando o ano lectivo de 1973/74 está sensivelmente a um terço do fim. As provas de avaliação já não se fazem. Toda a gente passa. E mais graves que as passagens que se deram dentro das Faculdades foram aquelas que contemplaram os alunos dos dois anos do curso complementar dos liceus. A selecção na entrada para a universidade ficava suspensa. O populismo escancarou as portas das Faculdades, onde os estudantes dos primeiros anos chegavam mal preparados, graças às facilidades que lhes ofereceram antes ou depois de um serviço cívico de tão triste memória. Entretanto, nas faculdades, faz-se mais política do que ensino. Subverte-se a natureza superior dos estabelecimentos de ensino e dá-se uma imagem de fraqueza e, quantas vezes, de incompetência, alterando-se, à pressa, planos curriculares para neles serem introduzidas cadeiras de nomes mais ou menos exóticos, de conteúdo programático vago, onde alguns docentes, que o antigo regime ajudou a genializar, perderam os pés de barro! Impossibilitados de fazerem selecção durante os cursos, pelo menos até ao ano lectivo de 1975/76, por razões as mais das vezes políticas, os professores começaram a deixar formar uma perigosa bola de neve, que, felizmente, já vai sendo possível diminuir. Na verdade, deixando-se sair das faculdades professores mal preparados é óbvio que os alunos, que lhes saíam das mãos para, por seu turno virem para a Faculdade, não podem chegar aqui bem preparados. Na Faculdade de Letras do Porto, que é aquela que melhor conheço, a bola de neve tem vindo sucessivamente a diminuir de volume e brevemente desaparecerá, estou certo.

O ano propedéutico que entretanto se inventou na tentativa de introduzir de novo o factor selectivo de qualidade no acesso ao ensino superior não dava os resultados que os seus criadores dele terão esperado. Ele foi mesmo, quanto a mim, mais um factor a elitizar esse acesso, já que nem sempre são os mais capacitados intelectualmente que vencem as provas de acesso, mas aqueles que têm posses para poderem frequentar estabelecimentos de ensino particular, normalmente caros, onde o ano propedéutico é ministrado. O 12.^o ano, então criado em sua substituição, não melhorou as coisas. O *numerus clausus* é fixado mais em

função da capacidade humana e material dos estabelecimentos de ensino do que, como deveria ser, em função das necessidades reais do país. Claro que tudo isto começa mal exactamente a partir da escola secundária, onde o estudante deveria já encontrar uma orientação vocacional que lhe permitisse conhecer relativamente bem as vantagens e os inconvenientes do curso que pretende, em princípio, tirar. Essa orientação vocacional deveria, naturalmente, ser planificada de modo a não estarmos a formar, como hoje já acontece em muitos sectores, gente que vai directamente para o desemprego, sobretudo em cursos como História, Filosofia e Germânicas, por exemplo, onde o *superavit* é acentuado.

Chegados aqui, uma pergunta me parece importante: poderemos nós dar-nos ao luxo de diplomar desempregados no sector do ensino? Seremos nós um país já tão desenvolvido e com tamanha cobertura escolar que não possamos absorver os professores recém-licenciados? Para que teremos, então, tantas universidades? Para que se criam mais? Somos com certeza dos mais pequenos países do mundo aquele que temos mais estabelecimentos de ensino superior! E, no entanto, fazem-nos falta tantas escolas primárias e preparatórias ainda . . . Mais uma originalidade da nossa vida para . . . A ver vamos! Temos centenas de professores, ou, dito doutro modo, de pessoas legalmente habilitadas para poderem exercer a função, que estão desempregadas. A sociedade ainda não se terá dado conta deste facto, porque infelizmente, perdoem-me as senhoras, grande parte dessas pessoas são do sexo feminino. Bastantes já casadas, portanto sem uma dependência directa do trabalho próprio; outras estarão para casar, daí que o desemprego não tenha aquele aspecto terrível que tem para quem precisa mesmo de arranjar um emprego para poder subsistir; outras ainda, são filhas de pais mais ou menos remediados que garbosos do título da filha arranjam sempre qualquer coisa para ela ou na empresa que possuem, dirigem ou conhecem, ou noutra qualquer local. É sabido que a docência é hoje uma profissão essencialmente feminina. Este facto retira à classe uma forte capacidade de reivindicação que poderia ter, porque, normalmente, o vencimento da mulher é complementar no orçamento familiar.

Com o decréscimo que já se vem verificando paulatinamente na frequência do ensino primário e dos ensinos preparatório e secundário, naquele devido à diminuição da natalidade e nestes à falta de interesse por iniciar uma carreira de anos consecutivos de estudo para desembocar no desemprego, a situação dos nossos licenciados em ciências humanas e sociais tornar-se-á cada vez mais crítica, a menos que se reformulem e repensem as bases da nossa educação comunitária. Se o não fizermos, corremos cada vez mais o risco de nos encaminharmos para uma sociedade menos instruída do que aquela que temos, agora, que o mesmo será dizer retrocederemos cultural e civilizacionalmente. Que sejam as autoridades do poder local, mais próximas do país real do que aqueles que continuam a viver no Terreiro do Paço, em S. Bento ou Belém (locais privilegiados para darem asas à sua nefelibatia política), que sejam esses, que farão a regionalização democrática do país, a pensar seriamente no nosso futuro como nação, é o voto fremente que exprimo. Temos de repensar o nosso ensino, para podermos perspectivar com segurança o futuro do nosso país que há-de alicerçar-se sobre aquela multidão de jovens que hoje anda desorientada procurando o primeiro emprego. Porque sem escolas não se pode construir um país que alguns tentaram e tentam destruir. O analfabeto, no mundo de hoje, não tem mais hipóteses de sobreviver. A escola é, pois, o alicerce da sociedade moderna. Temos, por isso, que nos preocuparmos com a existência de uma grande quantidade de mão-de-obra diplomada que olha para o diploma como quem contempla uma nota de papel-moeda que já não vale aquilo que diz valer.

Não é só no campo dos diplomados em ciências sociais e humanas que se faz sentir, entre nós, um acentuado desemprego. Também noutros sectores, sobretudo no das engenharias, se nota um *superavit* de recém-diplomados. A grande quantidade de desempregados nesta classe dá-nos bem um espelho da situação económica do país.

De facto, dependendo o sector terciário fundamentalmente das engenharias e sendo esse que determina o grau de desenvolvimento dum país, forçoso é concluir que, se não temos capacidade de absorção dos nossos engenheiros, ou é porque já somos demasiado industrializados e não precisamos de mais técnicos, ou somos tão pouco desenvolvidos que ainda não atingimos o estádio de necessitarmos de engenharia sofisticada como a electrónica, onde, só na Região Norte, temos centenas de desempregados, quer entre aqueles que já trabalharam quer, principalmente, entre aqueles que procuram o primeiro emprego. Mas citemos as estatísticas, mesmo as oficiais, e veremos como os números são eloquentes: no final do primeiro trimestre do ano de 1979, havia 3.974 desempregados registados, no grupo de profissões classificadas como «científicas, técnicas e afins», o que corresponde a um aumento de 4,4⁰% relativamente a igual período do ano anterior. Destes 3.974, 2.652 são homens e 1.322 mulheres. Interessará ainda referir que dos 3.974 indivíduos a

procura de emprego, 1.410 faziam-no pela primeira vez. Estes números referem-se somente à região Plano Norte. Acrescente-se ainda a título elucidativo do nosso impasse económico que, na mesma categoria de profissões, só 11 pessoas encontraram emprego, sendo 3 daquelas que procuravam o seu primeiro emprego. Se agora dissermos que a Universidade do Porto formou, no domínio a que os números se reportam, durante o ano lectivo de 1977/78, 959 indivíduos, teremos uma ideia mais ou menos aproximada da falta de planificação e do desfazamento existentes entre a Universidade e os sectores de actividade em que ela se insere. É, por isso, urgente que se repense o nosso ensino universitário em termos da Região do Plano Norte, com vista à ultrapassagem dos problemas com que nos debatemos no sector do desemprego diplomado que é muito mais grave que o outro, pois representa um maior encargo social a descoberto. Além disso, ultrapassada que seja a crise de valores que nos afecta profundamente, varridos os demagogos, a educação há-de ser a mercadoria mais preciosa que nós colocaremos no nosso mercado interno e nos mercados externos, em que pretendemos integrar-nos. Porque só assim nos darão o valor que temos e nos reconhecerão a grandeza de oito séculos de história. Não é por dizermos que somos cristãos ou católicos que as portas da Europa e do mundo se nos abrirão. As dez longas noites seculares da Idade Média distam já de nós, felizmente, 6 séculos. Hoje vivemos a era tecnológica. Sem nos deixarmos desumanizar, temos de fazer a nossa «idade tecnocrática». Sem receios do rótulo, pois a sociedade, que nos espera e por que valerá a pena lutar, há-de ser uma osmose perfeita entre humanismo e tecnocracia, síntese duma era civilizacional e culturalmente mais evoluída.